

O medo e a luta

No Brasil, o medo de ser vítima de um estupro aterroriza e cresce entre as brasileiras. Segundo dados de um levantamento conjunto dos institutos Locomotiva e Patrícia Galvão, em 2025, 82% das mulheres entrevistadas afirmaram carregar o temor de sofrer violência sexual. Os números apontam, ainda, que, ao somar todas aquelas que enfrentam outros medos, a estatística sobe para 97%, alcançando, praticamente, a totalidade das mulheres. A pesquisa destaca que, na faixa etária entre 16 e 24 anos, o pavor é ainda maior: 87% das jovens ouvidas manifestaram enorme temor.

Recentemente, no Rio de Janeiro, uma adolescente de 17 anos foi vítima de estupro coletivo. O caso ganhou comoção nacional, trazendo indignação e inúmeros questionamentos. Diante de tantas queixas, a voz ativa se faz ainda mais necessária. Muitas se dedicam a, de alguma maneira, tentar levar acolhimento e esperança para uma sociedade cansada de acreditar. Maria Neuzinete Rocha da Silva, 48 anos, graduada em serviço social e especialista em gestão social e políticas, decidiu lutar pela causa da defesa dos direitos das mulheres, em 2014, quando estava na faculdade.

Em 2018, no final do curso, participou de um projeto no Presídio Feminino do Distrito Federal (Colmeia), sob orientação da professora Ivanda Martins. “O que vivi ali não foi apenas uma experiência acadêmica, foi um verdadeiro despertar político. Dentro daquele espaço, enxerguei algo que, muitas vezes, a sociedade insiste em não ver: mulheres que, antes de serem privadas de liberdade, já tinham sido privadas de direitos; mulheres marcadas pela violência doméstica, pela pobreza, pelo racismo estrutural e pela ausência de políticas públicas eficazes. Ali compreendi que o sistema não começa na prisão — ele começa na desigualdade.”

Foi nesse momento que ela entendeu que não bastava exercer a profissão de forma técnica, era preciso assumir posicionamento, lutar para romper ciclos, enfrentar estruturas e denunciar omissões. “Desde então, a defesa dos direitos das mulheres não é apenas parte da minha atuação profissional, é uma escolha ética, política e permanente. Não trabalho apenas com casos — luto por vidas, por dignidade

O trabalho de Maria é focado, especialmente, em mulheres vítimas de violência



e por justiça social”, completa. A jornada, apesar de intensa e desafiadora, é transformadora.

Trabalhar na defesa dos direitos das mulheres exige preparo técnico, firmeza institucional e sensibilidade humana. “Os maiores desafios são: a naturalização da violência; a dependência econômica que aprisiona muitas mulheres; a fragilidade das políticas públicas em determinados territórios; e, principalmente, o silêncio — que ainda é uma das maiores barreiras”, avalia Maria Neuzinete.

No abrigo em que trabalhava, em Samambaia, encontrou muitas mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica, muitas vezes chefes de família, com baixa renda, baixa escolaridade e dependência financeira do agressor. Também são mulheres negras,

periféricas e com pouca rede de apoio. “A ausência do Estado se revela quando faltam políticas de moradia, emprego, creche, saúde mental e proteção eficaz. A violência de gênero se agrava quando é atravessada por desigualdades sociais.”

Hoje, ela também dá palestras falando sobre as experiências que encontrou e a importância do acolhimento para essas mulheres. “A rede de apoio não nasce pronta, ela precisa ser articulada. Ela envolve família, vizinhança, serviços públicos, sistema de justiça, saúde, assistência social e organizações da sociedade civil. Quando a mulher está isolada, o primeiro passo é o acolhimento qualificado: escuta sem julgamento, informação clara sobre direitos e encaminhamentos responsáveis”, defende Maria Neuzinete.